

Luiz Guilherme Marinoni
Daniel Mitidiero

Ação Rescisória

Do Juízo Rescindente
ao Juízo Rescisório

2ª edição
revista, atualizada e ampliada

THOMSON REUTERS
**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Projetos: Camilla Dantara Ventura

Estagiários: Alan H. S. Moreira, Ana Amalia Strojnowski, Bárbara Baraldi e Bruna Mestriner

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Laís Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Alana Fagundes Valério, Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patricia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thais Pereira e Victória Menezes Pereira

Designer Editorial: Lucas Kfourir

Estagiárias: Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho

Capa: Brenno Stolagji Teixeira

Adaptação capa: Lucas Kfourir

Líder de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Estagiária de Produção Gráfica: Ana Paula Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Marinoni, Luiz Guilherme

Ação rescisória : do juízo rescindente ao juízo rescisório / Luiz Guilherme Marinoni, Daniel Mitidiero. -- 2. ed. rev., atual. e ampl. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2021.

Bibliografia

ISBN 978-65-5614-948-6

1. Ação rescisória 2. Ação rescisória de sentença 3. Coisa julgada 4. Direito comparado 5. Legitimidade (Direito) 6. Processo civil I. Mitidiero, Daniel. II. Título.

21-54450

CDU-347.922:347.951

Índices para catálogo sistemático:

1. Ação rescisória dos julgados : Processo civil 347.922:347.951

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

SUMÁRIO

NOTA À SEGUNDA EDIÇÃO	5
NOTA PRÉVIA	7
INTRODUÇÃO	15

PARTE I PERFIL CONCEITUAL

1. AÇÃO RESCISÓRIA	17
2. AÇÃO RESCISÓRIA E FIGURAS AFINS	31
2.1. <i>Querela nullitatis insanabilis</i>	32
2.2. Ação anulatória de ato processual	41
2.3. Impugnação	52
2.4. Reclamação	57
2.5. Mandado de segurança contra ato judicial	59
2.6. Ação anulatória de laudo arbitral	61
3. AÇÃO RESCISÓRIA EM UMA PERSPECTIVA COMPARADA	66
3.1. A formação histórica da ação rescisória	67
3.2. A ação rescisória no direito comparado	79

PARTE II PERFIL FUNCIONAL

1. AÇÃO RESCISÓRIA E TUTELA DOS DIREITOS	87
2. OBJETO DA AÇÃO RESCISÓRIA: DECISÕES RESCINDÍVEIS	89
2.1. Decisão definitiva transitada em julgado	90
2.2. Decisão terminativa transitada em julgado	92
2.3. Decisão de questão prejudicial rescindível	93
2.3.1. Primeiras considerações	93
2.3.2. Fundamento	94
2.3.3. Questão de que depende o julgamento do mérito	96

2.3.4. A questão pode derivar de fato constitutivo ou de fato impeditivo, modificativo ou extintivo	97
2.3.5. Questão discutida.....	98
2.3.6. Questão de direito que independe de prova.....	104
2.3.7. Questão decidida.....	106
2.3.8. Competência absoluta	107
2.3.9. Coisa julgada em favor de terceiros: fundamento	107
2.3.10. A coisa julgada sobre questão pode beneficiar terceiro, mas jamais prejudicá-lo	110
2.3.11. A questão deve ser a mesma e deve estar inserida no conflito entre as partes e os terceiros	111
2.3.12. Ato que provoca múltiplos danos ou prejuízos.....	112
2.3.13. Discussão do preenchimento dos requisitos formais para a formação da coisa julgada sobre questão e sobre o cabimento da ação rescisória	114
2.4. Capítulo de decisão	114
3. CABIMENTO DA AÇÃO RESCISÓRIA: FUNDAMENTOS.....	118
3.1. Prevaricação, concussão ou corrupção.....	120
3.2. Impedimento ou incompetência absoluta	123
3.3. Dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da vencida ou simulação ou colusão entre as partes a fim de fraudar a Lei	124
3.4. Ofensa à coisa julgada	138
3.4.1. Os limites objetivos da coisa julgada no CPC de 2015	138
3.4.2. Ofensa à coisa julgada mediante solução de questão de que depende o julgamento de demanda distinta	142
3.4.3. Ofensa à coisa julgada por meio de violação à regra do deduzido e do dedutível.....	146
3.4.4. Prestações bilaterais e infringência da coisa julgada sobre o contrato	150
3.4.5. Ofensa à coisa julgada mediante sua “relativização”.....	155
3.4.6. Coisas julgadas contraditórias em ações idênticas e o falso problema da superação do prazo para a propositura da ação rescisória.....	163
3.4.7. A coisa julgada que reafirma coisa julgada anterior.....	172
3.4.8. Ação rescisória por ofensa à coisa julgada sobre questão.....	173
3.4.9. O terceiro beneficiado pela coisa julgada diante da ação rescisória ...	177
3.4.10. Anterior discussão e rejeição de violação de coisa julgada e ação rescisória	178

3.5. Violar manifestamente norma jurídica	179
3.5.1. Da violação de literal disposição de lei à violação manifesta de norma jurídica	180
3.5.2. Violação à literal disposição de lei como fenômeno típico do “formalismo ou cognitivismo interpretativo”	181
3.5.3. A interpretação como valoração e atribuição de significado	185
3.5.4. A preservação da lei dita inconstitucional como primeiro estímulo à dissociação entre texto e norma	187
3.5.5. A dissociação entre texto e norma na teoria do direito	189
3.5.6. A súmula 343 do STF como demonstração de que a decisão baseada em lei a que o judiciário já adscreveu várias normas jurídicas não pode ser objeto de ação rescisória: indagações daí decorrentes	192
3.5.7. A função das cortes supremas e a norma jurídica	194
3.5.8. Violação de norma jurídica editada pelas cortes supremas: o problema da identificação da <i>ratio decidendi</i>	200
3.5.9. Outras normas jurídicas delineadas pelo judiciário que podem ser objeto de ação rescisória	209
3.5.10. A importância dos §§ 5º e 6º do art. 966, CPC, para a confirmação do significado de “violação de norma jurídica”	212
3.5.11. Decisão que se pautou equivocadamente (isto é, sem fazer distinção) em precedente de Corte Suprema, decisão proferida em recurso repetitivo, súmula e decisão de tribunal sobre questão	212
3.5.11.1. Significado da ausência de consideração da “existência de distinção”	212
3.5.11.2. O problema em face de precedente de Corte Suprema	215
3.5.11.3. A decisão diante de súmula	217
3.5.11.4. A distinção em face da decisão de questão	218
3.5.12. A petição inicial da ação rescisória fundada em manifesto equívoco na aplicação de precedente, súmula ou decisão	220
3.5.13. Violação de norma jurídica “dotada de aceitabilidade”	221
3.5.14. A ação rescisória fundada em decisão de inconstitucionalidade ou constitucionalidade	223
3.5.14.1. A decisão que nega decisão de inconstitucionalidade ou constitucionalidade do Supremo Tribunal Federal	223
3.5.14.2. A pretendida ação rescisória fundada em ulterior decisão de inconstitucionalidade: o § 15 do art. 525, CPC	224
3.5.14.3. Crítica à ideia de que não pode haver interpretação controvertida do texto constitucional	226
3.5.14.4. “Controle da constitucionalidade da decisão transitada em julgado”, ou melhor, negação do controle incidental de constitucionalidade	233

3.5.14.5. A transformação da coisa julgada num juízo suscetível a condição imprevisível.....	233
3.5.14.6. Resguardar uma decisão fundada em lei posteriormente declarada inconstitucional não significa admitir efeitos a uma lei declarada inconstitucional.....	235
3.5.14.7. O verdadeiro fundamento que se pretende conferir à ação rescisória: retroatividade do <i>ius superveniens</i> sobre a coisa julgada ..	237
3.5.14.8. A inexistência de distinção entre decisão proferida em controle principal e controle incidental para efeito de rescindibilidade de coisa julgada.....	237
3.5.14.9. O precedente firmado no Recurso Extraordinário 590.809: a garantia constitucional da coisa julgada exclui a possibilidade de ação rescisória baseada em ulterior decisão do Supremo Tribunal Federal	238
3.5.14.10. A irretroatividade da decisão de constitucionalidade sobre a sentença que deixou de aplicar a lei por reputá-la inconstitucional.....	242
3.6. Falsidade da prova que determinou a decisão rescindenda, apurada em processo criminal ou na própria ação rescisória.....	243
3.7. Prova nova.....	250
3.8. Erro de fato.....	257
4. O PRAZO PARA O EXERCÍCIO DA AÇÃO RESCISÓRIA	263
4.1. Trânsito em julgado.....	267
4.2. Prova nova.....	270
4.3. Simulação ou colusão das partes.....	272

PARTE III PERFIL PROCEDIMENTAL

1. COMPETÊNCIA	273
1.1. Competência para julgamento da ação rescisória.....	274
1.2. O problema da identificação da decisão rescindenda e a oportunidade para o deslocamento da causa para o juízo competente.....	276
2. AÇÃO E DEFESA: A LEGITIMIDADE DAS PARTES	278
2.1. Legitimidade ativa	279
2.1.1. Parte, sucessor a título universal ou singular e terceiro interessado.....	279
2.1.2. A legitimidade do Ministério Público.....	282
2.1.3. Legitimidade daquele que não foi ouvido no processo em que lhe era obrigatória a intervenção.....	284

2.2. Legitimidade passiva	285
2.3. Ministério Público como fiscal da ordem jurídica na ação rescisória.....	286
3. O DIREITO DE AÇÃO E A PETIÇÃO INICIAL	287
3.1. Requisitos da petição inicial, causa de pedir e “documentos indispensáveis”	287
3.2. Pedidos rescindente e rescisório.....	290
3.3. Ações rescisórias cumuladas	292
3.4. Valor da causa.....	293
3.5. Depósito prévio	294
3.5.1. Ônus de depósito prévio	294
3.5.2. Inconstitucionalidade da dispensa do depósito prévio	295
3.6. Direito à emenda, dever de esclarecimento e dever de indicação	296
3.7. Indeferimento da petição inicial.....	297
4. JULGAMENTO LIMINAR DE MÉRITO NA AÇÃO RESCISÓRIA	299
5. TUTELA PROVISÓRIA	302
5.1. A propositura da ação rescisória não suspende a capacidade da decisão rescindenda produzir efeitos.....	304
5.2. Em especial: a propositura da ação rescisória não interrompe o prazo prescricional da pretensão executiva.....	306
5.3. Pressupostos da tutela provisória. O pressuposto comum: a probabilidade do direito	309
5.3.1. Tutela de urgência. O perigo na demora	322
5.3.2. Tutela da evidência. A defesa inconsistente	326
5.4. Em especial: o problema da iminência da prática dos atos expropriatórios e a indevida atuação do juiz da execução	328
5.5. Em especial: a impossibilidade de estabilização da tutela provisória na ação rescisória.....	329
6. O DIREITO DE DEFESA E AS RESPOSTAS DO RÉU	330
6.1. Respostas	331
6.2. Revelia	332
7. ORGANIZAÇÃO DA CAUSA PARA O JULGAMENTO	334
7.1. Providências para o julgamento	334
7.2. O problema da designação do relator e da composição do colegiado diante dos julgadores que preferiram a decisão rescindida.....	334
7.3. Instrução.....	336

7.3.1. Ônus da prova	337
7.3.2. Juízo rescindente	338
7.3.3. Juízo rescisório	340
7.3.4. Objeto da prova	340
7.3.4.1. Juízo rescindente	341
7.3.4.1.1. A regra: a cognição parcial e exauriente no juízo rescindente	341
7.3.4.1.2. A exceção: a impossibilidade de produção de prova e de reexame de prova para a formação do juízo rescindente por juízo absolutamente incompetente, violação da coisa julgada, manifesta violação de norma jurídica e por erro de fato.....	342
7.3.4.2. Juízo rescisório	343
7.4. Razões finais	344
7.5. Ministério Público	344
8. JULGAMENTO	345
8.1. Unidade de julgamento, pronúncia dos votos e limites do voto de desempate ...	345
8.2. Inadmissibilidade	348
8.3. Procedência	348
8.3.1. Juízo rescindente	348
8.3.2. Juízo rescisório	349
8.4. Improcedência.....	351
8.5. Ampliação do julgamento.....	351
8.6. Multa	353
8.7. Despesas processuais.....	353
9. RECURSOS.....	354
9.1. Embargos de declaração	354
9.2. Recurso especial e recurso extraordinário.....	358
10. COISA JULGADA.....	369
11. AÇÃO RESCISÓRIA CONTRA A COISA JULGADA NA AÇÃO RESCISÓRIA.....	369
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	371
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	373